



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES



Protocolo	<input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda	Nº

AUTORA: VEREADORA VERA DA FARMÁCIA

PROJETO DE LEI Nº 5643, DE 28 DE MAIO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE ACOLHIMENTO AOS CIDADÃOS NO SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI:

Art. 1º Fica instituída a Política Pública de "Acolhimento aos Cidadãos" no sistema municipal de saúde de Vilhena.

Art. 1º Fica instituída a Política Pública de Acolhimento aos Cidadãos no Sistema Municipal de Saúde de Vilhena, com os seguintes objetivos:

Art. 2º Os objetivos desta política pública são:

I - difundir a cultura da humanização e do acolhimento na rede pública de serviços e ações de saúde, bem como nos demais serviços vinculados ao sistema municipal de saúde;

II - conceber e implantar novas iniciativas de humanização e acolhimento que venham a beneficiar os usuários e os profissionais de saúde;

III - melhorar a qualidade e a efetividade da atenção dispensada aos usuários do sistema;

IV - desenvolver iniciativas que diminuam o problema das filas nos serviços de saúde, eliminando barreiras físicas e burocráticas;

V - facilitar o deslocamento de usuários nas unidades de saúde, orientando-os por meio de sinalização apropriada;

VI - incrementar a qualidade das ações e serviços de saúde, facilitando o acesso, ampliando a resolutividade das ações e dos serviços, criando vínculos e responsabilizando-se pelos cuidados de acordo com os princípios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde;

VII - desenvolver um conjunto de indicadores de resultados e sistemas de incentivo ao tratamento humanizado;

VIII - fortalecer e articular as iniciativas de humanização existentes na rede pública de saúde;

[MB1] Comentário: Sempre utilizar dessa forma

SE O PROJETO FICAR EM UMA PÁGINA, DEVERÁ FICAR ASSIM:

PROJETO DE LEI Nº 5.643/2019

SE O PROJETO FICAR EM DUAS PÁGINAS, DEVERÁ FICAR ASSIM:

PROJETO DE LEI Nº 5.643, DE 28 DE MAIO DE 2019

[MTS2] Comentário: 5.643

[MB3] Comentário: RETIRAR

[MTS4] Comentário: POLÍTICA acrescentar acento no i

[V.C.B.5] Comentário: DISPÕE SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE ACOLHIMENTO AOS CIDADÃOS NO SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Qual a outra providência ou providências???

[EGL6] Comentário: Retirar aspas

[MTS7] Comentário: Sistema Municipal de Saúde de Vilhena, com os seguintes objetivos;

[MTS8] Comentário: retirar

[MB9] Comentário: negritar, em todos os incisos.

[MTS10] Comentário: Sistema Municipal de Saúde;

[EGL11] Comentário: inserir espaço entre os parágrafos, incisos e artigos

[EGL12] Comentário: maiúsculo

[EGL13] Comentário: de Saúde

[MTS14] Comentário: ;

VEREADOR *Quanto mais unidos, mais fortes seremos.*



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

IX - estimular a realização de parcerias e intercâmbio de conhecimento e experiências nesta área;

X - articular as ações de acolhimento aos cidadãos nas unidades municipais de saúde às estratégias de Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde;

XI - melhorar as condições de trabalho no âmbito da rede pública de saúde e tornar os serviços e ações mais integrados, harmônicos e solidários;

XII - capacitar os trabalhadores dos serviços municipais para atuarem de acordo com um conceito amplo de saúde, que valorize a qualidade de vida e os direitos de cidadania; e

XIII - desenvolver uma política de participação e de comunicação com os usuários e trabalhadores da rede pública municipal de saúde que recupere a imagem do sistema junto à comunidade.

I - difundir, conceber, implantar, fortalecer e articular a cultura e iniciativas da humanização e do acolhimento em toda a rede pública de serviços e ações vinculados ao Sistema Municipal de Saúde, que venham a beneficiar os usuários e os profissionais de saúde;

II - desenvolver iniciativas que melhorem a qualidade e a efetividade da atenção dispensada aos usuários, recuperando a imagem do Sistema junto à comunidade, e que diminuam o problema das filas nos serviços de saúde, eliminando barreiras físicas e burocráticas;

III - incrementar a qualidade das ações e serviços de saúde, facilitando o acesso e deslocamento dos usuários nas unidades por meio de sinalização apropriada, ampliando a resolutividade das ações e dos serviços, criando vínculos e responsabilizando-se pelos cuidados de acordo com os princípios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde;

IV - capacitar os trabalhadores municipais para atuarem de acordo com um conceito amplo de saúde que valorize a qualidade de vida e os direitos de cidadania e desenvolver um conjunto de indicadores de resultados e sistemas de incentivo ao tratamento humanizado e à realização de parcerias e intercâmbio de conhecimento e experiências nesta área; e

V - melhorar as condições de trabalho no âmbito da rede pública de saúde e tornar os serviços e ações mais integrados, harmônicos e solidários.

Parágrafo único. As ações de acolhimento aos cidadãos nas unidades municipais de saúde serão articuladas às estratégias de Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde.

Artigo 3º Servidores que atuam nas recepções das unidades de saúde deverão realizar capacitação sobre importância do acolhimento no processo de humanização dos serviços e integração com todos os Programas realizados eliminando o desencontro de informações para os usuários.

Artigo 4º Em cada serviço de saúde deverá ser designado um servidor para realizar supervisão do acolhimento, e a ouvidoria dos cidadãos que desejem apresentar propostas, opiniões ou queixas.

§ 1º O exercício de supervisão e ouvidoria durante o período de funcionamento da unidade e não implica qualquer remuneração ou gratificação adicional.

§ 2º Nas unidades cujo funcionamento seja superior a 08 (oito) horas diárias ou que trabalhem em regime de plantão, deverá ser designado um servidor para cada período.

Artigo 5º O papel da ouvidoria é:

VEREADOR. *Quanto mais unidos, mais fortes seremos.*

[EGL15] Comentário: maiúscul

[MB16] Comentário: Sugestão de reescrita dos incisos do artigo 2º. Achei que algumas coisas estavam repetidas

[MTS17] Comentário: Art. 2º

[MTS18] Comentário: Os

[EGL19] Comentário: minúsculo

[MTS20] Comentário: cursos de capacitação

[MTS21] Comentário: a

[MTS22] Comentário: que deverá se integrar com todos os programas já realizados, eliminando o desencontro de informações.

[MB23] Comentário: Acho esse artigo desnecessário, porque a capacitação dos servidores já é um objetivo da política pública.

Caso mantenha o artigo, sugiro a seguinte redação:

Art. 2º Os servidores que atuam nas recepções das unidades de saúde deverão realizar capacitação sobre a importância no processo de acolhimento e de humanização dos serviços, a fim de eliminar o desencontro de informações prestadas aos usuários.

[MTS24] Comentário: renumerar

[MTS25] Comentário: A cada serviço realizado pelos profissionais de saúde

[MB26] Comentário: Entendo que esta parte foge da competência do Legislativo, pois trata de organização administrativa e de pessoal do Executivo.

Também, sugeri a reescrita deste artigo no comentário MB34

[EGL27] Comentário: Retirar a vírgula

[MTS28] Comentário: retirar

[MB29] Comentário: Entendo que este artigo foge da competência do Legislativo, pois trata de organização administrativa e de pessoal do Executivo.

[MTS30] Comentário: renumerar

[EGL31] Comentário: São atribuições da Ouvidoria.



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

I - atender os cidadãos que desejem apresentar, verbalmente ou por escrito, opinião, queixa ou proposição relacionada ao atendimento realizado na unidade;

[MTS32] Comentário: aos

II - disponibilizar formulários para o registro de opinião queixa ou proposta, se o usuário assim o desejar;

[MTS33] Comentário: desejarem

III - garantir o sigilo, respeitando o direito de preservação da identidade do cidadão;

IV - encaminhar a queixa ou proposta do cidadão à chefia da seção ou da unidade;

V - garantir que, diante de manifestação lavrada por escrito e identificada, seja enviada resposta ao interessado;

[EGL34] Comentário: vírgula aqui

VI - manter o registro da manifestação do cidadão e a respectiva resposta em arquivo, por 1 (um) ano; e

VII - remeter estatísticas mensais derivadas dos formulários de manifestação dos usuários para as instâncias gestoras superiores;

Art. YYYº Serão garantidas, em cada Unidade de saúde, a supervisão do acolhimento e a ouvidoria dos cidadãos, sendo esta realizada através de atendimento e disponibilização de formulários aos cidadãos que queiram apresentar, verbalmente ou por escrito, opinião, queixa ou proposta relacionada ao atendimento realizado na Unidade.

§ 1º Toda opinião, queixa ou proposta feita deverá ser encaminhada à chefia da Unidade e respondida ao interessado, nos casos em que estejam escritas e identificadas, preservando-se sempre a identidade do autor.

§ 2º As manifestações e respectivas respostas deverão ser registradas e mantidas em arquivo pelo prazo de 01 (um) ano.

§ 3º Serão remetidas às instâncias gestoras superiores estatísticas mensais derivadas dos formulários de manifestação dos usuários.

[MB35] Comentário: sugestão de reescrita do artigo 4º e 5º - LEMBRANDO QUE ONDE ESTA "YYY" DEVERA SEI COLOCADO O NÚMERO CORRETO DO ARTIGO.

Art. YYYº O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de (....) dias, contados de sua publicação.

[MB36] Comentário: importante acrescentar esse artigo. Assim, o Poder Executivo pode regulamentar e organizar o Programa da melhor forma, inclusive destinar servidores para a ouvidoria.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

[MTS37] Comentário: renumerar

Câmara de Vereadores, em 28 de maio de 2019.

[EGL38] Comentário: retirar

[EGL39] Comentário: atualizar data

Vereadora Vera da Farmácia

PARA FACILITAR A LEITURA DO PL COM AS SUGESTÕES DE REESCRITA FEITAS:

Art. 1º Fica instituída a Política Pública de Acolhimento aos Cidadãos no Sistema Municipal de Saúde de Vilhena, com os seguintes objetivos:

I - difundir, conceber, implantar, fortalecer e articular a cultura e iniciativas da humanização e do

VEREADOR *Quanto mais unidos, mais fortes seremos.*



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

acolhimento em toda a rede pública de serviços e ações vinculados ao Sistema Municipal de Saúde, que venham a beneficiar os usuários e os profissionais de saúde;

II - desenvolver iniciativas que melhorem a qualidade e a efetividade da atenção dispensada aos usuários, recuperando a imagem do Sistema junto à comunidade, e que diminuam o problema das filas nos serviços de saúde, eliminando barreiras físicas e burocráticas;

III - incrementar a qualidade das ações e serviços de saúde, facilitando o acesso e deslocamento dos usuários nas unidades por meio de sinalização apropriada, ampliando a resolatividade das ações e dos serviços, criando vínculos e responsabilizando-se pelos cuidados de acordo com os princípios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde;

IV - capacitar os trabalhadores municipais para atuarem de acordo com um conceito amplo de saúde que valorize a qualidade de vida e os direitos de cidadania e desenvolver um conjunto de indicadores de resultados e sistemas de incentivo ao tratamento humanizado e à realização de parcerias e intercâmbio de conhecimento e experiências nesta área; e

V - melhorar as condições de trabalho no âmbito da rede pública de saúde e tornar os serviços e ações mais integrados, harmônicos e solidários.

Parágrafo único. As ações de acolhimento aos cidadãos nas unidades municipais de saúde serão articuladas às estratégias de Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde.

Art. 2º Serão garantidas, em cada Unidade de saúde, a supervisão do acolhimento e a ouvidoria dos cidadãos, sendo esta realizada através de atendimento e disponibilização de formulários aos cidadãos que queiram apresentar, verbalmente ou por escrito, opinião, queixa ou proposta relacionada ao atendimento realizado na Unidade.

§ 1º Toda opinião, queixa ou proposta feita deverá ser encaminhada à chefia da Unidade e respondida ao interessado, nos casos em que estejam escritas e identificadas, preservando-se sempre a identidade do autor.

§ 2º As manifestações e respectivas respostas deverão ser registradas e mantidas em arquivo pelo prazo de 01 (um) ano.

§ 3º Serão remetidas às instâncias gestoras superiores estatísticas mensais derivadas dos formulários de manifestação dos usuários.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de ... (...) dias, contados de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

VEREADOR: *Quanto mais unidos, mais fortes seremos.*



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 5.643, DE 28 DE MAIO DE 2019

JUSTIFICATIVA

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) recomenda não só a estruturação de um serviço de saúde organizado para assumir sua função central de acolher, escutar e oferecer uma resposta positiva capaz de resolver a grande maioria dos problemas de saúde da população, e/ou de minorar danos e sofrimentos, como também se responsabilizar pela resposta ao usuário, ainda que ofertada para outros pontos de atenção da rede. Assim, relacionamos o acolhimento com gestão do cuidado e processo de trabalho, entendendo-o como múltiplo e singular em sua dimensão de produção da saúde.

A partir disso, a prática do acolhimento precisa desenvolver ações que acolham todos os usuários que procuram os serviços, sem distinções, permitindo uma escuta qualificada que proporcione uma pactuação entre as necessidades do usuário e a possibilidade de resposta do serviço. Para tanto, um acolhimento de qualidade precisa levar em conta que saúde refere-se a uma relação integrada entre corpo, mente e ambiente, e que tanto os diferentes profissionais da saúde como também os usuários precisam estar implicados neste processo de conquista da saúde. Sendo assim, o acolhimento constrói um espaço de vínculo entre profissional e usuário, pois permite a aproximação e a inclusão deste usuário tanto no serviço, como também, no seu próprio tratamento, desenvolvendo sua autonomia.

É preciso desmistificar a ideia de que há servidor e local específicos para o acolhimento. Qualquer um de nós, seja da área que for, pode exercer o papel de acolhedor. Ouvir, orientar e acolher faz parte do acolhimento, o acolhimento é a porta de entrada das unidades. “Às vezes a pessoa chega ao hospital, por exemplo, para obter apenas uma informação e os profissionais abordados precisam acolhê-la bem, ainda que há uma diferença entre acolher e classificar, os pacientes que chegam nas unidades de saúde devem ser acolhidos (recepcionados), ou seja, ouvidos, orientados e, em seguida, direcionados, quando for o caso, para a classificação de risco, onde o enfermeiro avaliará o risco do paciente diante da patologia apresentada, o acolhimento ajuda a “organizar os serviços de saúde”.

Câmara de Vereadores, em 28 de maio de 2019.

[MB40] Comentário: RETIRAR O
“em” E ATUALIZAR A DATA.

Vereadora Vera da Farmácia

VEREADOR *Quanto mais unidos, mais fortes seremos.*

Devolve Projeto de Lei nº 5.643/2019 - Para correções.

2 mensagens

Legislativo Camara <diretorialegislativa.cmv@gmail.com>

5 de outubro de 2020 12:02

Para: Vera da Farmácia <veradafarmacia@gmail.com>, Vera da Farmacia <vereadoraveradafarmacia@gmail.com>

Bom dia.

Devolvemos, em anexo, o arquivo do **Projeto de Lei nº 5.643/2019** com sugestões para correções.Por gentileza, antes de ser assinado pela Vereadora, nos encaminhe a versão corrigida para uma última análise.**Favor acusar recebimento (com identificação do receptor).**

Qualquer dúvida, estamos à disposição.



Mariane Bellei
Analista Legislativa
DL-NCL/CVMV

**PL 5.643-2019 politica publica de acolhimento na rede municipal de saude.doc**
80K**Vera Lucia** <vereadoraveradafarmacia@gmail.com>

5 de outubro de 2020 13:20

Para: Legislativo Camara <diretorialegislativa.cmv@gmail.com>

Bom dia.
Projeto recebido.
Att Sandro Gonçalves
Chefe de Gabinete
[Texto das mensagens anteriores oculto]